

**ATA NÚMERO 66/XII/1ª SL**

**27.junho.2012 – 10h00**

Aos 27 dias do mês de junho de 2012, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 1, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação da ata da reunião anterior**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Petição n.º 134/XII/1ª da iniciativa de Manuel António Dias Pinheiro, contra o mega agrupamento entre escolas de Rebordosa e Vilela – 10h00**

- **Audição dos peticionários – por videoconferência**
- **Deputada Relatora: Rui Jorge Santos -PS**

**5. Petição n.º 131/XII/1ª da iniciativa de Rui António Ribeiro Lourenço, que pretendem que a disciplina de educação tecnológica faça parte do currículo nacional do 2º e 3º ciclos como disciplina obrigatória – 11h00**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado Relator: Maria Ester Vargas-PSD**

**6. Projeto de Resolução n.º 322/XII/1ª,PCP, Medidas para a Dinamização do Sistema Científico e Técnico Nacional.**

- **Discussão na Comissão**

**7. Relatório sobre Avaliação Tecnológica Parlamentar**

- **Apresentação**
- **Deputado Relator: Rui Jorge Santos-PS**

**8. Proposta de Lei n.º 53/XII, Aprova a Lei Antidopagem no Desporto, adotando na Ordem Jurídica Interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem e revogando a Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho**

- **Discussão e votação na especialidade**

**9. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório Anual sobre as Atividades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da União Europeia em 2011 COM(2012)279.**

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- **Autor do parecer: CDS-PP**

**10. Outros assuntos**

## 11. Data da próxima reunião

**Dia 03.julho.2012 - 15h00**

.....

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro (PSD) solicitou o adiamento do ponto 7 da OD, o que foi aceite. Com esta alteração, a proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e PEV.

## 2. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e PEV.

## 3. Comunicações do Presidente

1. O Sr. Presidente deu conta dos seguintes pedidos de audiência dirigidos à Comissão:
  - ✓ Algarve Film Commission e Portugal Film Commission, sobre a Proposta de Lei n.º 69/XII/1ª (*Estabelece os princípios de ação do Estado no Quadro de Fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais*), cabendo ao PS proceder ao seu agendamento.
  - ✓ Associação Nacional de Professores do Ensino Profissional (ANPEP), sobre o enquadramento legal das escolas, de professores e formadores do Ensino Profissional, carreira, profissionalização e contabilização do tempo de serviço prestado. Cabe ao PSD efetuar a sua calendarização.
  - ✓ Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), sobre a Proposta de Lei n.º 59/XII/1ª (*Responsabilidade técnica pela direção de atividades desportivas*), cujo agendamento será efetuado pelo Grupo de Trabalho do Desporto.
2. Foi apreciado o relatório da participação do Deputado Rui Jorge Santos (PS) na Conferência da EPTA, em Barcelona, de 14 a 16 de maio de 2012, não se tendo registado observações em relação ao mesmo.
3. O Sr. Presidente congratulou-se com a forma como decorreu a Conferência sobre Alto Rendimento Desportivo, realizada no dia anterior, tendo felicitado o Grupo de Trabalho do Desporto e, em especial, o seu coordenador, pelo sucesso da mesma.

## 4. Petição n.º 134/XII/1ª da iniciativa de Manuel António Dias Pinheiro, contra o mega agrupamento entre escolas de Rebordosa e Vilela – 10h00

A audição dos peticionários foi realizada através de videoconferência.

Os subscritores da Petição – Elisabete Oliveira e Arnaldo Barbosa – apresentaram os fundamentos que justificaram a apresentação da Petição e que, em suma se apresentam:

- Não concordam com a decisão de criação de um mega agrupamento, constituído pela Escola Secundária com 3º Ciclo de Vilela e o Agrupamento Vertical de Escolas de Rebordosa, desconhecendo a forma como vai funcionar e duvidando que possa estar garantida a qualidade pedagógica, dada a diversidade da realidade social e económica;

- Não compreendem a celeridade na tomada de decisão, uma vez que, em reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Rebordosa, todos os membros votaram contra a agregação, com exceção dos representantes da Câmara Municipal;
- Este agrupamento tem apresentado bons resultados, registando 0% de abandono escolar.

A Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD) colocou algumas questões aos peticionários, designadamente sobre o número de alunos em cada uma das escolas, sobre a posição da Câmara Municipal de Paredes e as diligências que tem tomado.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) lamentou que não tenha sido ouvido o Conselho Geral e questionou ainda os peticionários sobre o diálogo que tem existido com a Câmara Municipal de Paredes.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) colocou algumas questões, nomeadamente, sobre se os Conselhos Gerais foram ouvidos e sobre a indicação dada pela Câmara Municipal de Paredes ao Ministério da Educação e Ciência.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) perguntou se o Conselho-Geral se pronunciou contra, o que, a confirmar-se, representa uma imposição. Manifestou ainda a posição do PCP sobre o processo de agregação de escolas, considerando que obedece apenas a critérios economicistas, e afirmou que o Sindicato da Função Pública do Norte não foi consultado sobre esta matéria em concreto.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) considerou que este processo decorreu de uma forma irracional, ignorando a posição da comunidade educativa, o que contraria as declarações do Ministro da Educação e Ciência, segundo as quais as agregações avançam apenas com o apoio de todos. Apresentou ainda a posição do BE, que propõe a interrupção do processo de agregação de escolas e uma discussão profunda sobre esta questão.

Os peticionários lembraram o pedido que dirigiram à Câmara Municipal, no sentido do adiamento deste processo por um ano, não tendo obtido resposta. Esclareceram ainda que o Agrupamento de Escolas de Rebordosa tem cerca de 1400 alunos, ficando o agrupamento com mais de 3000 alunos. Por último, solicitaram a intervenção da Assembleia da República, reiterando a necessidade de um debate profundo sobre esta agregação, que, a fazer-se, deverá ser devidamente planificada.

A apreciação do relatório, da responsabilidade do Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS), foi agendada para a reunião de 4 de julho.

A gravação da audição encontra-se disponível na [página da Comissão](#).

**5. Petição n.º 131/XII/1ª da iniciativa de Rui António Ribeiro Lourenço, que pretendem que a disciplina de educação tecnológica faça parte do currículo nacional do 2º e 3º ciclos como disciplina obrigatória – 11h00**

Os representantes dos peticionários – Rui Lourenço, Adérito Sá Gomes, Francisco Dias e Carlos Pinto - agradeceram a oportunidade de apresentar os fundamentos que motivaram a apresentação da Petição e que, em suma se apresentam:

- A Educação Tecnológica (ET) é uma disciplina essencial e estruturante no currículo do ensino básico, pelo que não há qualquer justificação pedagógica, científica ou educativa para que deixe de existir no 3º ciclo.

- A ET existe há mais de 20 anos, assumindo hoje uma perspetiva mais integradora de saberes, acompanhando a evolução das exigências curriculares e dispondo de programa próprio.
- A ET aplica conceitos de várias áreas, através da execução prática, permitindo aos alunos compreender e aplicar muitos conceitos que outras disciplinas tratam num plano abstrato e criar objetos usando técnicas e procedimentos tecnológicos. É uma disciplina que exercita a atividade psicomotora fina e a destreza manual.
- É uma disciplina em que não há insucesso educativo visível.
- Funciona como disciplina que facilita o despertar vocacional para as áreas técnicas e tecnológicas, sendo fundamental que exista ao longo do 3º ciclo, e em particular no 9º ano, já que a escolaridade obrigatória foi alargada até ao 12º ano. Há necessidade de despertar vocações e preparar os alunos que queiram frequentar o ensino profissional.
- A colocação da disciplina em oferta de escola vai destruir a ET, dada a diversidade de situações de escola para escola, a desmotivação dos professores e a confusão que já se verifica na atribuição de tempos letivos.
- A proposta inicial da revisão curricular, apresentada para discussão, não retirava a ET do currículo nacional e nenhuma das participações conhecidas o propuseram.
- Existem cerca de 3000 professores de Educação Tecnológica, resultado do investimento do Ministério da Educação e Ciência nesta licenciatura, na década de 90.

Fizeram ainda alusão a alguns dos comentários que os cidadãos incluíram na assinatura da petição, que vão no sentido da valorização da disciplina para a vida prática e para o desenvolvimento do aluno ao nível cognitivo, destreza motora, criatividade, sentido estético, entre outros.

A Sra. Deputada Maria Ester Vargas (PSD) fez referência a estudos internacionais, que apontam no sentido do reforço das disciplinas estruturantes e da qualidade dos docentes, e frisou que a disciplina de ET não vai desaparecer no 3º ciclo, podendo as escolas, no âmbito da sua autonomia, disponibilizarem esta oferta aos seus alunos.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) afirmou que esta opção do Governo não merece a concordância do PS e questionou os peticionários sobre o número de professores que preveem sejam dispensados com esta revisão.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que o número de professores no quadro não pode ser apontado como argumento e afirmou que as escolas, ouvida a comunidade escolar, têm a possibilidade de decidir, dentro da sua autonomia, o desenho curricular que pretendem oferecer. Sublinhou ainda que não foi possível ao Ministério da Educação e Ciência acolher todos os contributos sobre a revisão curricular, sendo muitos deles conflitantes.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que esta opção corresponde a uma desvalorização da escola pública, enquanto promotora de uma educação integral dos alunos. Lamentou ainda que tenham sido negligenciados os contributos dirigidos ao Ministério da Educação e Ciência sobre esta matéria.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) considerou que a escola fica mais restritiva em relação ao que oferece aos seus alunos, sublinhando que a oferta de escola é apontada como solução para múltiplas situações, pese embora não permita responder a todas. Reconhecendo a eventual existência de interesses conflitantes, afirmou que a revisão curricular deveria ter sido efetuada com tempo e com a participação de todos.

Respondendo às questões colocadas, os representantes dos peticionários referiram-se aos seguintes aspetos:

- A menorização da Educação Tecnológica ao “empurrar” esta disciplina para uma oferta de escola que trará diferentes abordagens, consoante a escola;
- O desperdício dos recursos humanos e materiais que as escolas foram criando ao longo dos últimos 20 anos e o desperdício do investimento feito pelo Ministério da Educação e pelos professores na formação de licenciados em Educação Tecnológica;
- A necessidade de apresentar os programas curriculares a tempo de preparar o novo ano letivo e a conseqüente perturbação que esta situação está a causar ao trabalho desenvolvido nas escolas;
- A necessidade de se apostar na formação integral dos nossos jovens e os eventuais custos que a ausência dessa formação integral trará aos alunos e ao país;
- A situação de muitos professores contratados de que o sistema educativo se serve há longos anos (dez, quinze e mais anos) e que têm agora o espectro do desemprego iminente sem qualquer compensação.

A apreciação do relatório, da responsabilidade da Sra. Deputada Maria Ester Vargas (PSD) foi agendada para a reunião de 4 de julho.

A gravação da audição encontra-se disponível na [página da Comissão](#).

#### **6. Projeto de Resolução n.º 322/XII/1ª, PCP, Medidas para a Dinamização do Sistema Científico e Técnico Nacional.**

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou a iniciativa, tendo-se registado, de seguida, as intervenções dos Srs. Deputados Nilza de Sena (PSD), Pedro Delgado Alves (PS) e Michael Seufert (CDS-PP). A informação resultante do debate encontra-se disponível no [respetivo processo do Projeto de Resolução, na internet](#).

#### **7. Relatório sobre Avaliação Tecnológica Parlamentar**

Adiado.

#### **8. Proposta de Lei n.º 53/XII, Aprova a Lei Antidopagem no Desporto, adotando na Ordem Jurídica Interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem e revogando a Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho**

Por não ter sido concluído o processo de discussão das propostas, em sede de Grupo de Trabalho do Desporto, a votação foi adiada para a próxima reunião da Comissão.

#### **9. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório Anual sobre as Atividades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da União Europeia em 2011 COM(2012)279.**

A Comissão deliberou não efetuar escrutínio em relação a esta iniciativa.

#### **10. Outros assuntos**

#### **11. Data da próxima reunião**

**Dia 03.julho.2012 - 15h00**

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---

Palácio de São Bento, 27 de junho 2012

**O PRESIDENTE**

**(José Ribeiro e Castro)**

Ata aprovada na reunião da Comissão de 03 de julho.

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Drago  
Carlos Enes  
Emídio Guerreiro  
Inês de Medeiros  
Isilda Aguincha  
José Ribeiro e Castro  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Rui Jorge Santos  
Rui Pedro Duarte  
Conceição Bessa Ruão  
Inês Teotónio Pereira  
João Prata  
Maria Ester Vargas  
Maria Manuela Tender  
Rita Rato  
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt  
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques